



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO AMPARO / MG
RUA JOSÉ COUTINHO - 39 CGC 18.244.335/0001-10

DECRETO N° 1.344/2017

**AUTORIZA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA E
EMERGENCIAL NO MUNICÍPIO SANTO ANTÔNIO DO
AMPARO/MG E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

O Prefeito Municipal de Santo Antônio do Amparo - MG, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica Municipal e da Lei n.º 8.666/93, e considerando:

- a) a posse do Prefeito Eleito para o mandato de 2017/2020 ocorrido no dia 1º de janeiro de 2017;
- b) a necessidade de organizar os procedimentos para o regular funcionamento da administração municipal, visando dar continuidade ao serviço público.
- c) a necessidade de dar continuidade ao serviço público de forma qualificada e eficiente;

Decreta

Art. 1º. Fica autorizada a contratação emergencial e temporária para aquisição de serviços, obras, produtos e bens para que seja dado continuidade ao serviço público no Município, nos termos do art. 24, inc. IV da Lei n. 8.666/93.

Art. 2º. As vigências das contratações terão um prazo de 90 (noventa) dias, podendo o mesmo ser prorrogado por mais 90 (noventa) dias, desde que as prorrogações sejam em períodos não superiores a 30 (trinta) dias.

§ 1º. Para a contratação de pessoal, deverá ser respeitada a classificação de concurso público ou processo seletivo vigentes, visando atender aos princípios da legalidade, visando atender as necessidades temporárias e de excepcional interesse público, podendo o contrato ser prorrogado a cada 30 (trinta) dias, mediante termo aditivo, cuja vigência final não poderá ultrapassar o exercício financeiro correspondente.

§ 2º. Depois de decorrido o prazo de 90 (noventa) dias da contratação de pessoal, e não existindo concurso homologado no Município que autorize a posse de servidores, a contratação somente poderá ocorrer mediante procedimento simplificado de contratação, que se dará mediante edital de convocação com



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO AMPARO / MG
RUA JOSÉ COUTINHO - 39 CGC 18.244.335/0001-10

critérios objetivos formalizados pelas secretárias municipais que corresponder ao cargo a ser ocupado.

Art. 3°. Os contratos celebrados deverão atender as formalidades e procedimentos de dispensa nos termos da Lei 8.666/93, inclusive com a cotação de preço com no mínimo 03 (três) empresas.

§ 1°. Todos os contratos celebrados deverão atender as normas contidas na Lei n.º 8.666/93, especialmente quanto a exigência prévia dos documentos correspondentes a habilitação jurídica e regularidade fiscal contidas no art. 27 e 28 da Lei 8.666/93.

§ 2°. Em se tratando de contratação de pessoal, serão exigidos os documentos correspondentes a titulação e inscrição profissional perante o órgão competente para o cargo a ser ocupado.

Art. 4°. Durante a vigência dos contratos celebrados, a Secretária de Administração deverá adotar todas as providências no sentido de realizar o procedimento licitatório nos termos da Lei 8.666/93 e o concurso público, visando a contratação para os casos que assim o exigir.

Art. 5°. Este Decreto entra em vigor no dia 02 de janeiro de 2017, ficando revogadas as disposições em contrário.

Santo Antônio do Amparo, 02 de janeiro de 2017.

Evandro Paiva Carrara
Prefeito Municipal